
A fragmentação da esfera pública e as consequências para a comunicação política: uma análise a partir da polêmica do pix¹

Ana Kelli Fonseca²
Gabriel Cabral Gonçalves Gomes³
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este trabalho parte do mais recente livro de Jürgen Habermas (2023), assim como das noções de câmaras de eco (Nguyen, 2020) e epistemologia partidária (Rini, 2017) para refletir sobre os modos de circulação de discursos, sobretudo políticos e como os indivíduos tendem a interagir com eles levando em consideração as recentes transformações acarretadas pela digitalização. Por outro lado, mobilizamos o conceito de eu-pistemologia (Van Zoonen, 2012) para tratar do fenômeno do ponto de vista do sujeito. O objetivo é, partir desses conceitos para chegar a uma reflexão elucidativa a respeito da recente polêmica envolvendo a medida do Pix e o vídeo viral do deputado Nikolas Ferreira sobre o caso. Espera-se que os conceitos abordados ajudem a compreender por que tal vídeo pôde ser tão visto e compartilhado.

Palavras-chave

Esfera pública; populismo; digitalização; pix.

Introdução

333 milhões de visualizações, mais de 8 milhões de curtidas, 879 mil comentários e 5,8 milhões de compartilhamentos, esse é o resultado do vídeo viral do deputado federal mineiro Nikolas Ferreira⁴. O *reels* que tem duração de pouco mais de 4 minutos fala sobre a fiscalização do Pix pelo governo federal e foi publicado em um contexto em que a desinformação acerca do tema já circulava. O vídeo é marcado, do início ao fim, por uma das características mais amplamente teorizadas do populismo hoje: a oposição entre elites corruptas e povo “puro” (Mudde, 2017, 2019), o que no

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desinformação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFRJ, e-mail: anakellifons@gmail.com

³Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFF, e-mail: gc_goncalves@id.uff.br

⁴Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DEz20G0RodB/>>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

caso é feito pelo deputado ao instilar a desconfiança de que o governo *poderia* vir a taxar o Pix.

Apesar das desinformações compartilhadas, a Receita Federal não previa a taxação do Pix, mas sim ampliar as regras de fiscalização de transferências realizadas por esse meio e por cartões de crédito. As novas normas tinham relação com as obrigações das instituições financeiras, operadoras de cartões e plataformas de pagamento de reportar à Receita Federal as transações, mas com manutenção do sigilo bancário. A medida começou a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2025. Enquanto o *Instagram* oficial do presidente focava em divulgar a reconstrução e entrega das obras destruídas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro nos ataques de 08 de janeiro de 2023, a direita divulgou, em suma, a suposta “taxação” do Pix, revelando uma posição estratégica da direita com relação a este tópico.

A partir disso, o presente artigo argumentará como a viralização do vídeo reflete as transformações da esfera pública e das dinâmicas de produção e compartilhamento do conhecimento. A grande repercussão do vídeo, em conjunto com a sua estratégia de marketing político para engajar o público, demonstra como líderes populistas conseguem explorar a nova dinâmica do debate público na era da digitalização. Em um ambiente virtual marcado pela fragmentação da informação e pelo crescimento de discursos performáticos, a produção de sentido e de verdade passa a ser moldada não apenas pelos fatos verificáveis e a partir dos sistemas peritos, mas também por narrativas emocionais. Diante disso, este estudo busca analisar como a performance discursiva populista do deputado consegue mobilizar emoções, reforçar a dicotomia entre o "povo" e a "elite" e utilizar as mudanças estruturais da esfera pública para construir e disseminar sua mensagem.

Metodologia: um estudo de caso do vídeo viral do deputado Nikolas Ferreira

O autor do vídeo, deputado federal Nikolas Ferreira, identifica-se com a direita populista e ganhou notoriedade ao se envolver em polêmicas nas redes sociais, ao defender pautas negacionistas frente à pandemia, ao divulgar discursos transfóbicos e discriminatórios. Em 2022, tornou-se o deputado federal mais votado no Brasil e na história de Minas Gerais. O vídeo viral sobre o pix divulgado e feito por ele nas suas redes sociais é apenas um exemplo do que ele vem fazendo ao longo do tempo.

Considerado um dos deputados mais influentes nas redes sociais⁵, hoje seu instagram soma 17,6 milhões de seguidores. Seus últimos vídeos postados não ficam abaixo de 1 milhão de visualizações. No entanto, o vídeo do pix conseguiu furar a sua bolha de seguidores, alcançando 333 milhões de visualizações.

A popularização do deputado pode ter duas causas mais expressivas: o forte contexto de disputas ideológicas que vivemos nas democracias ocidentais, as guerras culturais (Melo; Vaz, 2021); a dinâmica de fragmentação da esfera pública (Habermas, 2023; Rosa, 2022). No entanto, os conceitos de bolhas epistemológicas e câmaras de eco também chamam a atenção. Segundo Nguyen, embora frequentemente tratados como sinônimos, esses conceitos se diferem: bolhas epistemológicas excluem vozes por omissão, por meio da seleção social e formação de comunidades — como preferir amigos nas redes sociais com opiniões semelhantes e usá-las como fontes de notícias, criando um filtro epistêmico que reforça crenças prévias (NGUYEN, p. 2, 2018). Já as câmaras de eco excluem ativamente vozes divergentes, desacreditando fontes externas e criando dependência apenas de fontes internas validadas, como em um culto (NGUYEN, p. 3, 2018). Como resume o autor: “Em bolhas epistêmicas, outras vozes simplesmente não são ouvidas; em câmaras de eco, outras vozes são ativamente minadas” (p. 3, 2018).

Pode-se argumentar que a atuação do deputado nas redes é consolidada pela dinâmica das câmaras de eco, uma vez que ele propaga a desconfiança dos sistemas peritos, como o jornalismo, a ciência, etc., colocando a direita como a única possível de informar a verdade. A análise do discurso utilizada aqui se baseia em Foucault, a partir do princípio da raridade discursiva, isto é, por que esse discurso específico? Usamos como premissa questionar a historicidade desse discurso e, também, os elementos tecnológicos que o compõem. Nesse sentido, o próprio vídeo é o acontecimento discursivo, para além do que é dito nele: vale questionar nosso momento histórico a partir da tecnicidade que permite um vídeo com tal viralização. Para responder essa questão, abordaremos a nova fragmentação da esfera pública, a performance populista, a dinâmica das câmaras de eco e como esses conceitos podem ter ajudado na viralização do vídeo.

⁵Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-deputados-e-senadores-mais-influentes-nas-redes-sociais-segundo-monitramento/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

O processo de digitalização e a fragmentação da esfera pública

A polêmica do pix exemplifica notavelmente parte do argumento traçado por Jürgen Habermas no seu mais novo trabalho *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa* (2023). O intuito do ensaio de Habermas é mapear os efeitos da digitalização das comunicações para a formação da opinião e da vontade dos cidadãos a partir da esfera pública. Esfera pública, para ele, é basicamente o lugar da vida social onde algo como uma opinião pública pode ser formada (Edgar, 2005); a esfera pública passa a existir quando cidadãos, de maneira livre e teoricamente igualitária, discutem, seja fisicamente ou a partir de aparatos técnicos como o celular, o computador, etc., no sentido de manifestarem suas opiniões sobre problemas que sejam do “interesse geral”.

Nesse sentido, a progressiva ampliação do acesso à Internet criou novos contornos para o entendimento da constituição da esfera pública. Desde os antigos “fóruns de discussão”, surge uma visão de que poderia haver uma “esfera pública conectada”: a horizontalidade permitida pela dinâmica da Internet, ao tornar cada pessoa um autor em potencial e, conseqüentemente, um emissor de opiniões na conversação pública, instigou à possibilidade de uma “democracia direta” (Martino; Marques, 2022).

Uma mudança estrutural no âmbito tecnológico que acarreta mudanças subjetivas importantes é o rompimento da “distribuição hierárquica entre emissores e receptores ao possibilitar que cada nó possa produzir e distribuir mensagens” (Vaz, 2001, p. 51). Ou seja, cada nó, ou cada ponto de conexão, que é indicado por entidades pessoais ou mesmo não-pessoais (pode ser um *bot*), produz e distribui conteúdos virtualmente a todos os outros nós. Daí Habermas aponta dois efeitos cruciais no que diz respeito a essa nova mudança estrutural da esfera pública: 1) o autoempoderamento dos usuários de mídia, que passam de receptores a receptores/autores; 2) o preço que pagamos pela liberação dos usuários da “tutela editorial da mídia antiga enquanto não tiverem aprendido o suficiente para lidar com a nova mídia” (Habermas, 2023, p. 61). A liberação da tutela transforma os usuários em potenciais autores e, para Habermas, essa é uma função que precisa ser “aprendida”. “Assim como a impressão do livro transformou todos em potenciais leitores”, Habermas escreve, “a digitalização hoje transforma todos em potenciais autores. Mas quanto tempo levou para todos

aprenderam a ler?” (Ibid., p. 61). Nesse sentido, sua pergunta implícita é quanto tempo demorará para que todos aprendam a ser autores e a serem autorresponsáveis. Além disso, a derrocada dos *gatekeepers* e o autoempoderamento dos usuários, pode ter consequências catastróficas, como o fechamento epistêmico em câmaras de eco.

O caso do Pix é ilustrativo pela repercussão que teve e, também, por dar materialidade a diversas teorias surgidas recentemente para dar conta do fenômeno da credibilidade nas redes. Conceitos como epistemologia partidária (Rini, 2017), câmaras de eco (Nguyen, 2020) parecem ter seu caráter empírico confirmado quando colocamos em questão de um lado, as *fake news* compartilhadas nas novas mídias, o infame vídeo do deputado federal Nikolas Ferreira – e as inimagináveis interações que se deram entre os potencialmente infinitos nós das redes entre compartilhamentos, curtidas, comentários, etc., a partir dessas publicações – e de outro, o esforço do governo de se aliar ao jornalismo profissional para rebater, com base em argumentação sólida, as mentiras e especulações levantadas pela oposição política. Pode-se pensar, enquanto hipótese, que o insucesso do governo em reverter as opiniões negativas e preocupações geradas pela medida do pix reflete primordialmente uma dinâmica de esferas públicas concorrentes e isoladas umas das outras.

O conceito de epistemologia partidária explica porque, em um primeiro momento, as pessoas passam a acreditar na visão de que o governo intenta algo escuso com a medida do pix: a questão da infinidade de informações e escassez da atenção é resolvida com a confiança dada àqueles que compartilham das mesmas posições políticas e morais que nós; nesse sentido, e este é o argumento de Rini, essas pessoas tendem a depositar sua confiança no testemunho de contatos próximos, que podem aparecer no seu *feed* das mídias sociais e assim atribuir-lhes maior validade epistêmica quando comparados ao testemunho de pessoas com diferentes visões políticas.

Vaz e Santos (2023) argumentam que a noção de epistemologia partidária ajuda a entender por que tantas pessoas acreditam nas *fake news*, mas não exatamente na dificuldade de mudança de crença. Chamam a atenção, então, para a dinâmica epistêmica das câmaras de eco: “as câmaras de eco são uma radicalização das bolhas de opinião, na qual perspectivas contrárias às do grupo não estão simplesmente ausentes, mas são ativamente excluídas pela manipulação da confiança de seus membros” (Vaz; Santos, 2023, p. 27). A confiança dos membros é manipulada para que desconfiem de

informações provenientes de fora desse circuito, ou seja, virtualmente de qualquer um que não partilhe do mesmo sistema de referências. As mídias sociais, portanto, têm uma forma muito peculiar de mediação, característica desses novos ambiente sociotécnicos, que se dá artificialmente por algoritmos autônomos e que têm a tendência à repetição daqueles conteúdos que sejam, de maneira preditiva, mais “adequados” ao gosto daqueles usuários (Fisher, 2020).

Formam-se, então, de acordo com Habermas, redes de comunicação sem fronteiras que “se formam espontaneamente em torno de certos tópicos ou pessoas [e] podem se espalhar de maneira centrífuga e, ao mesmo tempo, condensar-se em circuitos de comunicação que se isolam dogmaticamente *uns dos outros*” (2023, p. 62, grifos do autor). Isso não significa dizer, de forma temerária, que os indivíduos *precisam* da mediação da mídia de massa, mas apenas que estão em vias de aprender, ainda, as ferramentas cognitivas necessárias para que realizem esse papel de exame dos conteúdos compartilhados nas novas mídias.

A enxurrada de *fake news* após o anúncio da medida do pix fornece substancialidade à ideia de que ainda há um caminho a ser percorrido nessa espécie de alfabetização digital e, por outro lado, a repercussão do vídeo de Nikolas Ferreira, com um número surreal de interações, impõe materialidade ao que talvez seja o maior perigo à qualidade deliberativa do processo democrático, a saber, “a criação espontânea de mundos próprios confirmados de maneira intersubjetiva, como também, ao mesmo tempo, [as plataformas digitais] parecem dar à obstinação dessas ilhas de comunicação o posto epistêmico de esferas públicas concorrentes” (Habermas, 2023, p. 67). Essas ilhas de comunicação formadas no interior de cadeias comunicativas virtuais são diferentes, nos parecem, dos *subaltern counterpublics* teorizados por Nancy Fraser, já que de acordo com Avritzer e Costa (2004), estes denunciam “vícios de origem” dos espaços públicos nacionais e, portanto, são forças democráticas e não de desestabilização.

Com isso, temos que nessa estruturação de uma esfera pública concorrente, a opinião formada se dá de forma unívoca. Nesse processo, relativamente novo de comunicação por via das novas mídias digitais, pode-se ter os partidos políticos por trás da formação de opinião, porque afinal o contato do representante com o eleitor se dá de forma *relativamente* direta. Nesse sentido, a ideia de uma formação de opinião pública

com base em informações “comuns” se acaba, pois as informações e opiniões privilegiadas nessas dinâmicas comunicacionais será de cunho polarizador/partidário.

A eu-pistemologia, a comunicação pública e a performance populista do deputado Nikolas Ferreira

O que a autora Van Zoonen (2012) chamou de “eu-pistemologia” se relaciona com a crise dos sistemas peritos vivenciada hoje, uma vez que as instituições que anteriormente oligopolizavam a formação da opinião vêm perdendo cada vez mais sua credibilidade. Nesse sentido, o que começa a valer são “as formas de verificação ligadas à experiência imediata, trajetórias pessoais e certeza dos sentidos, que vêm ganhando espaço nas últimas décadas com a internet como seu ‘grande facilitador’” (Cesarino, 2022, p. 218).

Diante de uma alta insegurança sobre o que é verdade ou sobre quem é confiável, Van Zoonen afirma que as pessoas encontraram duas soluções: 1) encontrar alguém ou algo para culpar; 2) olhar para si mesma como uma possível fonte de conhecimento e compreensão. A partir de então, o que começa a valer é o “eu”. A autora também sinaliza que muitos observadores assumem que a ênfase na experiência pessoal como fonte principal de conhecimento está relacionada ao crescimento do populismo de direita em diversos países europeus, o que pode ter relação com a forma como líderes populistas rejeitam especialistas, a ciência e as instituições tradicionais e optam por defender e disseminar depoimentos pessoais, trazendo a ideia de que o povo “sabe a verdade”, recorrendo, então, ao apelo emocional (Van Zoonen, 2012)⁶.

O papel da Internet nessa nova dinâmica é crucial, uma vez que ela permite “o fácil acesso a todos que querem expressar sua verdade, mas também permite conexões mais rápidas entre essas verdades” (Van Zoonen, 2012, p. 9, tradução nossa). Com isso, torna-se mais fácil a propagação e amplificação de bolhas epistemológicas e câmaras de eco, além da divulgação em massa de conteúdos falsos. Além disso, segundo Leticia Cesarino, as plataformas permitem que a ideia da experiência imediata, da certeza dos sentidos e da opinião pessoal sejam acentuados. Isso acontece porque os algoritmos conseguem entregar aos usuários conteúdos personalizados que confirmam suas crenças individuais. O que resulta dessa dinâmica são indivíduos com opiniões e visões

⁶ Cf., mais especificamente, a página 7.

legitimadas e, sendo assim, “livres e ativos”, ao distribuir curtidas, bloqueios e compartilhamentos à vontade (Cesarino, 2022).

É válido ressaltar ainda que a confiança em noções como “público” ou “social” tem sido minada, devido ao neoliberalismo. Isso gerou uma crise de confiança nas instituições estatais, pois a população sente que os recursos arrecadados a partir dos impostos não são revertidos de forma transparente em políticas públicas. Seguindo a ideologia de que todo valor e sucesso vem do mérito pessoal via empreendedorismo de si mesmo, a ideia do “social” é diluída e substituída pela ideia do livre mercado composto apenas por indivíduos e suas famílias. Ao fazer a atribuição do mérito ao indivíduo, essa ideologia gera uma incongruência, afinal “se eu trabalho e me esforço tanto, como pode a responsabilidade pelos meus fracassos ser minha?” (Cesarino, 2022, p. 166). Para a autora esse dilema é resolvido atribuindo a culpa a outro lugar, é daí que surge a dicotomia entre o “povo” *versus* a “elite”.

Essa culpabilização pode ser relacionada à ideia de crise populista defendida pelo autor Benjamin Moffit, que afirma que o fenômeno da crise “só pode ser experimentado por meio de uma performance mediada, onde um fracasso sistêmico é elevado ao nível de uma ‘crise’ percebida” (Moffit, 2016, p. 123, tradução nossa). Isto é, crises exógenas ao populismo não são interessantes para esses líderes, mas crises criadas e disseminadas por eles o são, pois assim eles podem se apresentar como os “salvadores”, oferecendo-se como a única solução possível. Um exemplo disso é a pandemia do Covid-19 - como não era interessante para Jair Bolsonaro lidar com essa crise exógena, ele cria uma crise interna ao populismo⁷, uma em que ele poderia lidar: a falta de renda e, consequentemente, a pobreza que o *lockdown* poderia gerar. Para Moffit:

O modelo de "performance" populista da crise é o seguinte: Identificar o fracasso; Elevar o fracasso ao nível de crise, ligando-o a um quadro mais amplo e adicionando uma dimensão temporal; Enquadrar “o povo” contra os responsáveis pela crise; Usar a mídia para propagar a performance; Apresentar soluções simples e uma liderança forte; Continuar a propagar a crise (Moffit, p. 125, 2016, tradução nossa).

⁷ Interessante notar que essa crise é criada, sobretudo, primeiramente no nível discursivo.

Diante do fracasso da comunicação governamental acerca das novas diretrizes do pix, Nikolas Ferreira conseguiu tirar proveito da situação, seguindo todas as etapas: 1) ele identifica o fracasso da comunicação do governo para solucionar os debates gerados pelas *fake news* sobre as novas regras do pix; 2) coloca as novas diretrizes como uma crise que apenas a direita poderia resolver; 3) elenca o governo como o inimigo a ser combatido, o outro, o que está contra o povo; 4) utiliza suas redes sociais para fazer a divulgação e propagação da crise; 5) apresenta soluções simples e se coloca como solucionador do problema; 6) continua a propagar a crise em suas redes sociais e ainda reforça a ideia de que a “a voz do povo” conseguiu fazer o governo recuar⁸.

Vale destacar ainda a conveniência da divulgação desse tema para a extrema direita, devido à alta carga ideológica que o pix prevê. Como há uma forte associação da nova direita no Brasil com as pautas neoliberais (Rocha, 2021), a medida do pix, distorcida como foi pela narrativa conservadora, forneceu bastante combustível para o discurso de que o governo estaria fiscalizando cada vez mais os cidadãos, principalmente os informais⁹. Nesse sentido, de acordo com a narrativa da direita, a nova medida “afetaria” os setores do empreendedorismo popular, um público sobre o qual a direita, hoje, exerce muita influência, sobretudo a partir das mídias sociais. Utilizando-se do conteúdo como parte de estratégia do marketing político, o deputado conseguiu fazer com que seu vídeo furasse as suas bolhas e alcançasse novos públicos. Além de também interferir nas dinâmicas sociais e econômicas, posto que muitos comerciantes deixaram de aceitar pix durante toda a polêmica.

Considerações finais: excursão sobre o modo de constituição de nossas opiniões políticas

Tentou-se delinear até aqui os processos da nova fragmentação da esfera pública, a partir da repercussão do vídeo do deputado Nikolas Ferreira sobre o Pix. Foram explorados, por um lado, conceitos como câmaras de eco, epistemologia partidária, fragmentação e digitalização da esfera pública, com ênfase em seu caráter social e

⁸ Veja-se, por exemplo, a sua postagem do dia 13 de fevereiro de 2025, onde diz que estavam certos sobre a medida do Pix e que esta teria sido feita para arrecadar; além disso, de que seu vídeo “salvou o Brasil”. Disponível em: https://x.com/nikolas_dm/status/1890109688202817752. Acesso em 23/02/2025.

⁹ Ver, por exemplo, a postagem do dia 16 de janeiro de 2025 do deputado federal disponível em: https://x.com/nikolas_dm/status/1879899155675369712, na qual ele argumenta que a medida era um “claro indício de que a Receita queria, no fim das contas, taxar os informais”. Acesso em 23/02/2025.

intersubjetivo; por outro, analisou-se o fenômeno do ponto de vista do sujeito, por meio da ideia de eu-pistemologia, que explica como indivíduos constituem verdades a partir de suas interioridades e experiências pessoais. Também se buscou relacionar o vídeo à performance populista, tentando esclarecer por que o vídeo se tornou viral.

Parece oportuno, como mote dessas considerações finais, escrever algumas palavras sobre uma palavra que não surgiu até então neste texto: politização; assim como seu oposto: despolitização. Fenômeno relativamente fácil de se observar, trata-se do processo pelo qual questões que outrora eram vistas como dentro do quadro de ações da política passam a ser vistas como fora deste quadro. Isto é, remover o caráter político de determinada coisa. A esse respeito, Boltanski e Esquerre (2022) escrevem que é a partir dos processos de politização e despolitização que a política se torna parte da vida ordinária. É nesse sentido que situações vistas como individuais podem, ou não, quando agregadas, serem vistas em termos de um quadro mais geral que remete à política.

A formação da opinião política depende dos processos de politização e despolitização, os quais, por sua vez, dependem amplamente dos *media*. O problema surge quando nem mesmo os fatos são mais compartilhados, gerando dois desafios: um de ordem epistemológica: a dificuldade de construir um mundo comum reconhecido como objetivo e outro de ordem social: a impossibilidade de reconhecer as demandas do outro e concebê-las como politizáveis.

Referências

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, v. 47, p. 703-728, 2004.

BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE, Arnaud. **Qu'est-ce que l'actualité politique?** Paris: Gallimard, 2022.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CUSSET, François. **How the world swung to the right: Fifty years of counterrevolutions**. MIT Press, 2018.

DA SILVA, Juremir Machado. Fake news, a novidade das velhas falsificações. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Org.) **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 33-45, 2019.

EDGAR, Andrew. **The philosophy of Habermas**. Routledge, 2014.

GELFERT, Axel. Fake news: A definition. **Informal logic**, Windsor, v. 38, n. 1, p. 84-117, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e validade**: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. Rio de Janeiro: Editora Contracorrente, 2022.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. Lendo Habermas com Habermas: um estudo do prefácio de 1990 da obra *Mudança estrutural da esfera pública*. **Revista de Estudos Literários**, n. 14, p. 39-63, 2022.

MOFFITT, Benjamin. **The global rise of populism**: Performance, political style, and representation. Stanford University Press, 2016.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. **Populism**: A very short introduction. Oxford/New York: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

NGUYEN, C. Thi. Echo chambers and epistemic bubbles. **Episteme**, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia Editora, 2022.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

RINI, Regina. Fake news and partisan epistemology. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 27, n. 2, p. E-43-E-64, 2017.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia Editora, 2021.

SANTOS, Amanda; VAZ, Paulo. Sobre fake news e teorias da conspiração: Populismo conservador e desinformação na cultura contemporânea. **Culturas Midiáticas**, [S.L.], v. 18, 2023.

SODRÉ, Muniz. O facto falso: Do factóide às fake news. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Org.) **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 87-100, 2019.

VAN ZOONEN, Liesbet. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.

VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. **Revista Famecos**, v. 8, n. 16, p. 45-59, 2001.